

Cabra Marcado Para Morrer e a construção de narrativa da contrarrevolução preventiva

Twenty Years Later and the establishment of the narrative about preemptive counterrevolution

Bruna Ayres¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre eventos maiores que levaram ao golpe empresarial-militar de 1964 e a atuação da Ligas Camponesas na Região Nordeste. Motivado por interesses econômicos de grupos empresariais nacionais e estadunidenses, o golpe propalou uma falsa narrativa de ameaça comunista que gerava medo na população e, por consequência, consenso quanto a sua pertinência. Vista como um foco de subversão comunista, as Ligas estavam longe de alcançar a maturidade necessária a uma tentativa de tomada do poder, mas mesmo assim embasaram as justificativas golpistas. Nesse sentido, é ilustrativo o caso da Liga Camponesa do Engenho Galileia (PE), onde era gravado o filme *Cabra Marcado Para Morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, quando o golpe eclodiu. Na construção da narrativa que referendava a necessidade de uma contrarrevolução preventiva, o material de filmagem apreendido foi divulgado na imprensa como equipamento de treinamento de guerrilheiros para uma iminente revolução comunista a ser deflagrada no país.

Palavras Chave: Golpe empresarial-militar; Ligas camponesas; Cinema.

Abstract

This article aims to analyze the relationship between major events that led to the military-corporate coup of 1964 and the actions of the Peasant Leagues in the Northeast Region of Brazil. Motivated by economic interests of national and US business groups, the coup propagated a false narrative of communist threat that generated fear in the population and, consequently, consensus as to its relevance. Seen as a focus of communist subversion, the Leagues were far from reaching the necessary maturity for an attempt to seize power, but they were still the basis of the coup justifications. In this sense, the case of the Peasant League of Engenho Galileia (state of Pernambuco), where Eduardo Coutinho's film *Twenty Years Ago* (1984) was being shot when the coup took place, is enlightening. In the construction of the narrative that referenced the need for a preemptive counterrevolution, the seized film material was disseminated in the press as guerrilla training equipment for an imminent communist revolution to be launched in the country.

Keywords: Military-corporate coup; Peasant league; Cinema.

1 bru.ayres@gmail.com

Introdução

Na manhã do dia 31 de março de 1964, a equipe do filme *Cabra Marcado Para Morrer* (1984, on-line), de Eduardo Coutinho, foi surpreendida com a notícia de que uma tropa do Exército invadira a cidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e estava indo a pé, pelo meio da mata, para o Engenho Galileia, onde eles se encontravam, para prender a todos, agricultores e cineastas. Enquanto participantes do Centro Popular de Cultura (CPC), associado à União Nacional de Estudantes (UNE), eles mantinham estreita relação com Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, naquela época, era ilegal. Embora até o momento não fossem vítimas de nenhum tipo de repressão, estavam habituados a ter cautela e sabiam bem o que significava ter militares em seu encalço. (COUTINHO, 2012, p. 4).

Do lado dos camponeses, conquanto a coerção policial não lhes fosse algo excepcional, a presença das Forças Armadas tomando de assalto suas terras era inédita. Integrantes da primeira Liga Camponesa a organizar-se como associação, os moradores de Galileia viviam sob constante vigilância e inquirição da polícia local (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, [entre 1947 e 1963], p. 49-51). A presença de militares, entretanto, indicava uma mudança no rumo dos acontecimentos, que afetaria profundamente a vida de todos ali presentes. Era o golpe que se avizinhava, trazendo consequências desde as altas esferas de governo até os mais recônditos lugares do país.

Embora pareça alheio à sucessão de acontecimentos que resultaram no golpe empresarial-militar perpetrado no Brasil, o evento ocorrido em Galileia relaciona-se diretamente com sua consecução. Fruto de uma ação orquestrada pelo IV Exército (atual Comando Militar do Nordeste), comandado pelo General Justino Alves, as capturas ocorridas em Vitória de Santo Antão, bem como em outras áreas do Nordeste, já haviam sido planejadas com antecedência, aguardando o momento da derrubada do presidente João Goulart (PTB). (BASTOS, [s.d.], on-line). O presente artigo tem por objetivo apresentar elementos que reforcem essa relação, bem como demonstrar como o núcleo militar golpista se aproveitou da produção do filme *Cabra Marcado Para Morrer* na construção da narrativa que referendava a necessidade de uma contrarrevolução preventiva diante de uma suposta ameaça comunista.

Imperialismo, estrutura fundiária e o tempo social

Tomando por base a perspectiva do historiador francês Fernand Braudel sobre o tempo social, entendemos que:

Um acontecimento, a rigor, pode carregar uma série de significações ou relações. Ele testemunha, às vezes, movimentos muito profundos, e, pelo jogo factício ou não das “causas” e dos efeitos, caros aos historiadores de ontem, anexa a si um tempo muito superior a sua própria duração. (BRAUDEL, 1965, p. 264).

Desse modo, percebemos ser necessário dar um passo atrás para esboçarmos o cenário maior, a partir do qual os acontecimentos ocorridos no Engenho Galileia devem ser compreendidos. Na análise do que nomeou como tempo de longa duração ou das estruturas, Braudel nos ensina a

observar “as relações bastante fixas entre a realidade e as massas sociais” (1965, p. 268). Sob essa ótica, entendemos que a sucessão dos processos históricos que configuram o quadro que levou ao golpe empresarial-militar devem ser observados a partir do cruzamento entre dois tempos de longa duração. Resultado da experiência de modernização tardia vivida pelo Brasil, no objeto em questão se entrecortam os tempos de longa duração do imperialismo e da formação da estrutura fundiária brasileira.

Primeiramente, o golpe de 1964 deve ser compreendido no âmbito da expansão imperialista, notadamente dos Estados Unidos, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial, espalhando-se até os dias de hoje (SPOHR, 2020). No intuito de ampliar seus capitais, a elite empresarial norte-americana, associada às elites locais, tinha grande interesse na incipiente indústria dos países latino-americanos e caribenhos, mas temiam pela segurança de seus investimentos diante do crescimento de movimentos e governos de esquerda, defensores de pautas reformistas (SPOHR, 2020, p. 134). Dessa maneira, percebemos que a presença de governos alinhados com o pensamento liberal do empresariado estadunidense - como vieram a se confirmar posteriormente os governos militares - era de grande valia aos interesses imperialistas daquele país.

Por outro lado, a derrubada do governo também deve ser vista pela ótica do tempo de longa duração das estruturas fundiárias brasileiras, que remete ao período da colonização portuguesa, e permanece até o presente. Diante da discussão da pauta da reforma agrária, defendida de diferentes maneiras pelo governo e pelos agricultores das Ligas Camponesas, latifundiários de todo o país colocaram-se contra João Goulart em defesa de suas terras. Ainda que a manutenção da concentração fundiária pareça apartada da expansão industrial, dado que a própria elite empresarial norte-americana era favorável à reforma agrária (SPOHR, 2020, p. 103), dentro da realidade brasileira a questão se imbricava. Boa parte da elite empresarial nacional surgiu a partir da acumulação de capitais oriundos da exploração agrária, era, portanto, herdeira e, em larga medida, defensora dessa estrutura fundiária.

Tal cruzamento torna-se ainda mais estreito pela perspectiva do tempo de média duração. A conjuntura de Guerra Fria atravessava todas essas relações, diante da ameaça soviética que representava risco ao modelo capitalista. No caso específico das Américas, a revolução ocorrida em Cuba em 1959, e sua posterior adesão ao comunismo em 1961, foi um ponto de inflexão para as elites de todo continente, fossem elas atreladas ao grande capital ou aos latifúndios.

Embora houvesse franca expansão de movimentos de esquerda através de partidos, sindicatos, organizações estudantis e camponesas no Brasil, a ideia de um risco real ao sistema capitalista deve ser vista com cautela. Tais movimentos se encontravam ainda distantes de uma maturidade política e organizacional que representasse de fato uma ameaça revolucionária. A tomada do poder pelas elites e militares deve ser compreendida muito mais como uma defesa de interesses econômicos, principalmente estadunidenses, do que como um enfrentamento concreto ao comunismo (SPOHR, 2020, p. 277).

A fabulação da ameaça ao modo de vida ocidental é muito eficiente enquanto propaganda para criação de consenso a partir da sensação de medo que causa na sociedade. Nesse sentido, o golpe

empresarial-militar de 1964 deve ser analisado menos como uma estratégia de contrarrevolução preventiva do que uma defesa de interesses econômicos da elite agrária e empresarial, nacional ou estadunidense. É a partir desse panorama histórico que analisaremos os eventos que se sucederam no Engenho Galileia, envolvendo a produção do filme *Cabra Marcado para Morrer* e os agricultores da Liga Camponesa local.

Os cabras: camponeses, cineastas e o filme

Obra paradigmática do cinema brasileiro, *Cabra Marcado Para Morrer*, o primeiro longa-metragem de Eduardo Coutinho, mudou os rumos do audiovisual produzido por aqui até então ao ser lançado em 1984. Primeiramente, ela dá conta do momento histórico vivido no país ao apresentar as Ligas Camponesas, o golpe e a Lei de Anistia, tudo isso tangenciado pela Guerra Fria. Ademais, tem a felicidade de transformar a experiência frustrada de um filme de ficção, interrompido pela Ditadura de 1964, em um documentário que é ao mesmo tempo histórico e humano, escapando do formato de filme sociológico muito em voga no Brasil daquela época. Por fim, a obra é potencializada pela forma disruptiva com que Coutinho se aproxima dos personagens para escutar suas dores e memórias.

O diretor se interessou em fazer o filme durante uma turnê da UNE em defesa da reforma universitária. Em viagem por todo o país no ano de 1962, Coutinho foi responsável pelos registros audiovisuais dos eventos da viagem que ficou conhecida como UNE Volante. Ao chegar na cidade de Sapé, no interior da Paraíba, o diretor conheceu Elizabeth Teixeira durante uma manifestação em protesto pelo assassinato de seu marido, João Pedro Teixeira. Líder da maior Liga Camponesa do Nordeste, João Pedro Teixeira havia sido morto por dois policiais e um jagunço, a mando de um latifundiário da região, dias antes da chegada da UNE Volante à cidade. (COUTINHO, 2012, p. 10-11).

Eduardo Coutinho resolveu transformar a história de João Pedro Teixeira em filme, produzido pelo CPC/UNE, que teria como atores os próprios integrantes da Liga de Sapé. Após quase dois anos de captação de recursos e pré-produção, a equipe chegou à Sapé em fevereiro de 1964 para o início das filmagens, mas foi surpreendida por uma chacina na região e pela posterior ocupação da cidade pelas forças do Estado. Diante da impossibilidade de realizar o trabalho no local, a produção transferiu o filme para o Engenho Galileia por intermédio de Francisco Julião, advogado das Ligas Camponesas e, na época, Deputado Federal por Pernambuco. (COUTINHO, 2012, p. 18).

Dessa forma, ficou decidido que o filme teria Elizabeth Teixeira, interpretando ela mesma, e os demais personagens seriam feitos pelos agricultores de Galileia, local onde a equipe ficaria acomodada. Depois de um mês de filmagem, no dia 31 de março de 1964, os moradores de Galileia e a equipe do filme foram avisados que os militares estavam vindo pelo meio da mata para prendê-los. Com tempo apenas para pegar alguns pertences, integrantes da produção, junto com Elizabeth Teixeira, esconderam-se na mata até o dia seguinte, quando conseguiram fugir, em pequenos grupos, até a estrada, onde embarcaram em um ônibus para Recife. Os líderes camponeses também se esconderam na mata por alguns dias, até serem capturados pelos militares. (CABRA MARCADO

PARA MORRER, 1984, on-line).

Membros da equipe, inclusive Coutinho, foram presos e interrogados pela polícia, sendo liberados em seguida. Moradores do Engenho, como Zé Daniel, Zezé da Galileia e Rosário, passaram alguns meses encarcerados. Já João Virgínio, líder há muito tempo visado pela polícia, passou 8 anos na prisão, onde foi torturado, chegando a ficar cego de um olho. Por fim, Elizabeth Teixeira, após ser descoberta em Recife, passou um período presa. Temendo pela própria vida, devido à persistente perseguição policial, ela decidiu deixar os filhos com a família e se esconder, sob o pseudônimo de Marta, em uma pequena cidade do Rio Grande do Norte, onde permaneceu por 17 anos. (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984, on-line).

Com a Lei da Anistia de 1979, Coutinho decidiu retomar as filmagens, dessa vez sob o formato de um documentário (COUTINHO, 2012, p. 27). Contar a história do filme original, das Ligas Camponesas e a trajetória dos personagens desde o momento da fuga em Galileia até o reencontro em 1981, quando puderam finalmente assistir as cenas que haviam feito juntos anos antes. (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984, on-line). Esses eram os objetivos do novo filme, tendo agora ele próprio, Eduardo Coutinho, como personagem, já que sua vida também havia sido atravessada pelo rumo dos acontecimentos.

Marcados: Ligas Camponesas e a ameaça ao status quo

A Liga Camponesa do Engenho Galileia surgiu em 1955, sob a denominação de Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). Primeira associação desse tipo, foi criada pelos foreiros do Engenho com o intuito de prover benefícios aos agricultores, como assistência médica, escola para as crianças do local e melhorias na produção. De início, o proprietário das terras foi convidado a ser presidente de honra da associação, porém, alertado sobre os riscos desse tipo de organização, terminou por recusar o posto e aumentar o valor do foro pago pelos moradores, movimento esse que foi acompanhado por outros proprietários da região. (LIGAS..., [s.d.], on-line).

O aumento abusivo do valor pago anualmente gerou uma reação imediata dos trabalhadores, que ameaçados de expulsão, procuraram o advogado, e então Deputado Estadual, Francisco Julião. Durante quatro anos, entre o Judiciário e o Legislativo, eles lutaram para garantir os direitos dos agricultores, até que conseguiram a desapropriação do Engenho na Assembleia de Pernambuco. A vitória dos agricultores deu notoriedade à Sociedade que passou a ser identificada pela alcunha de Liga Camponesa por conservadores locais, em referência às Ligas criadas pelo PCB na década de 1940. A partir de então, as Ligas Camponesas se espalharam por Pernambuco e outros Estados, como foi o caso da Liga de Sapé (PB), criada em 1959 por João Pedro Teixeira. (LIGAS, [s.d.], on-line).

É interessante notar que as SAPPP encontravam-se juridicamente estabelecidas como associações de direito civil. Submetidos ao Código Civil no lugar da Consolidação das Leis Trabalhistas, os camponeses - fossem eles rendeiros, foreiros, parceiros ou meeiros - estavam livres de regulamentação estatal sobre o trabalho e sobre a forma de negociação com os latifundiários. Segundo Francisco Julião:

O camponês, quando luta com base no Código Civil, não se isola, porque usa o instrumento jurídico aceito e defendido pela classe dominante - a burguesia. Quem se isola, no caso, é o se-

nhor feudal, o pré-capitalista, cuja economia baseada em relações feudais ou semifeudais tem por infra-estrutura jurídica as Ordenações do Reino, de há muito abolidas. O Código Civil é, pelo menos nas atuais circunstâncias, uma arma que neutraliza a burguesia, enquanto isola o latifúndio. (1962, p. 60-61).

Nesse sentido, diante de qualquer questão com os latifundiários, os camponeses tinham a possibilidade de exigir juridicamente seus direitos sobre a produção ou melhorias que viessem a fazer nas terras. Além disso, ainda que em situação precária, eles eram donos dos meios de produção, quais sejam, as ferramentas de manejo da terra, a casa de farinha, o tacho ou o forno de cerâmica. Ademais, não dependendo do salário para sobreviver - nem dos vales do “barracão”, como no caso de boa parte dos assalariados agrícolas - os camponeses, através de sua produção para subsistência, tinham condições econômicas para resistir por muito tempo ao enfrentamento contra os latifundiários. (JULIÃO, 1962, p. 61-62).

Ainda diante dessa perspectiva, Julião também observa que:

[...] as relações existentes entre operários e patrões têm como base o salário, sendo portanto de natureza econômica. Enquanto tais relações se verificam entre a classe operária e aquela que a explora, entre o camponês e o latifundiário as relações são de direito, de modo que a luta para eles, quando se esboça já assume caráter político. O camponês quando se organiza, dá, assim um salto, adquirindo a sua luta substância revolucionária, porque quase não passa pela fase de luta econômica durante o qual o patrão anestesia, engana e retarda o amadurecimento político da classe operária. (1962, p. 64-65).

Assim sendo, é notável o porquê da organização das Ligas Camponesas ter gerado enorme preocupação entre latifundiários locais e poder público, este sempre atrelado às elites agrárias. Ainda que não pudessem impedir seu funcionamento, podiam mantê-las sob vigilância e coerção. Já na década de 1950, as associações eram observadas de perto pela Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco (SSP/PE), através do monitoramento das ações de seus membros (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, [entre 1954 e 1961]).

Os relatórios de vigilância elaborados pelas delegacias locais relacionavam, desde o início das investigações, as SAPPP com as experiências de Ligas organizadas anteriormente pelo PCB (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, [entre 1954 e 1961]). Embora alguns membros das Ligas tivessem proximidade com militantes do PCB (LIGAS, [s.d.], on-line), as Sociedades não podiam ser consideradas um braço do partido como registravam os delegados envolvidos na monitoração do movimento. Os camponeses da Ligas possuíam agência na condução das Associações e muitas delas divergiam quanto ao modo de enfrentamento. Enquanto a maioria atuava através de manifestações, ações judiciais e legislativas, uma parte acreditava que invasões de terras e incêndios em canaviais eram as melhores estratégias contra os latifundiários (JULIÃO, 1977, p. 164-165).

Os registros da SSP/PE também indicavam que os integrantes das Ligas eram massivamente identificados como “vermelhos”, “subversivos”, “elementos perigosos”, “fanáticos”, “líderes da revolução do campo”, “vítimas da infiltração comunista” ou “apoiados por comunistas”. Havia também uma recorrente referência a Revolução Cubana, indicada como sendo “exemplo” seguido pelos mo-

vimentos dos agricultores. (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, [entre 1954 e 1961]).

De fato, as Ligas Camponesas mantiveram relação próxima com o governo cubano. Francisco Julião, por exemplo, esteve presente na comitiva de Jânio Quadros em visita à ilha, no ano de 1960 (JULIÃO, 1962, p. 42). Já um dos filhos de Elizabeth Teixeira, Isaac Teixeira, foi convidado pelo governo de Cuba para morar na ilha, onde pôde estudar Medicina (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984, on-line). Além disso, no ano de 1961, Fidel Castro enviou a Pernambuco um avião para que uma delegação de camponeses, estudantes e operários fosse à Cuba para as comemorações do Dia do Trabalho.

Ao regressar ao Brasil, a maioria dos componentes daquela delegação sofreu perseguições, violências e prisões. Um deles, Pedro Fazendeiro, da Liga de Sapé, na Paraíba, foi emboscado por um capanga, sendo duas vezes baleado. (JULIÃO, 1962, p. 43).

Entretanto, não foi somente a atenção de Cuba que as Ligas Camponesas atraíram. O governo americano, a partir da experiência da Revolução Cubana, entendia as Associações de camponeses do Nordeste do Brasil como uma potencial ameaça às pretensões de investimentos do capital estadunidense no país. No ano de 1961, Robert Kennedy, então procurador-geral dos Estados Unidos, e Arthur Schlesinger, assessor especial do presidente John Kennedy, vieram ao Brasil para ver de perto a atuação das Ligas Camponesas. (LIGAS, [s.d.], on-line).

No mesmo ano, o documento de fundação da Aliança para o Progresso trazia entre seus objetivos o “impulso aos programas de reforma agrária integral encaminhada à efetiva transformação” (SPOHR, 2020, p. 103). No pensamento liberal norte-americano, era melhor que se fizesse a reforma agrária para se conter o movimento dos agricultores. Nas palavras de Francisco Julião (1962, p. 66): “[...] busca-se impedir que a fogueira ateadada no Nordeste se transforme em um incêndio que se alastre pelo País”.

De certo, ele tinha razão. Em 1976, o jornalista Marcos Sá Correa publicou no Jornal do Brasil uma série especial, na qual demonstrava que o governo estadunidense havia acompanhado de perto a derrubada do presidente João Goulart. Dentre os documentos encontrados por Correa na Lyndon Baines Johnson Library, havia também um perfil político de Francisco Julião, elaborado pela CIA, o que reforça a noção de que os norte-americanos acompanhavam com preocupação a expansão do movimento de agricultores. (CORREA, 1976, p. 1-6).

A partir de 1961, o monitoramento das Ligas também passou a ser realizado de perto pelo Quartel General do I Exército no Rio de Janeiro, que passa a pedir informações à Secretaria de Segurança de Pernambuco (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO, [entre 1947 e 1963], p. 66). Em outubro de 1963, diante do agravamento das relações entre camponeses e latifundiários, o General Justino Alves Bastos foi nomeado para o comando do IV Exército, com sede em Recife.

O General fazia parte do grupo de articulação do golpe dentro do Exército, comandado pelo Generais Castello Branco e Costa e Silva, chefe do Estado-Maior e chefe do Departamento de Produção e Obra do Exército, respectivamente. De acordo com Gen. Bastos, sua ligação com o grupo era assegurada pelo então Deputado Federal, Coronel José Costa Cavalcanti, e pelo Coronel Fernando

Menescal Vilar (BASTOS, 1965, p. 351). Para dar conta da demanda organizativa do movimento golpista, ele se dedicou desde o início a conhecer os locais considerados focos subversivos na região e a estabelecer planos de atuação (BASTOS, 1965, p. 343).

Em seu livro de memórias, *Encontro com o tempo* (1965), escrito logo após o golpe, o General Justino Alves Bastos registrou:

Quanto a Francisco Julião, é o célebre organizador das Ligas Camponesas do Nordeste, onde infiltrava o comunismo e o ódio entre as classes e entre nossos patrícios, tradicionalmente dóceis e amigos de quanto lhes assegurassem o necessário ganha-pão. Poderia tê-los levado a perigos incríveis se, na hora da revolução, os oficiais e sargentos do IV Exército não houvessem procedido com exemplar moderação e prudência. (BASTOS, 1965, p. 340).

“Em outubro de 1963, através da movimentação de suas tropas, Justino impediu a realização de uma marcha camponesa sobre Recife, que mobilizaria cerca de 30 mil trabalhadores rurais, alegando que essa medida visava à segurança dos moradores da cidade.” (BASTOS, [s.d.], on-line). Em janeiro de 1964, ele recebeu a visita do Gen. Castello Branco, que “realizara eficiente atuação coordenadora, muito positiva e habilmente disfarçada.” (BASTOS, 1965, p. 348). Em fevereiro, o Gen. Bastos foi até o Rio de Janeiro para encontros com o Gen. Costa e Silva e o Major Odílio Denys, na casa do Coronel Dario Gomes de Araújo, que lhe asseguram que o “movimento está prestes a eclodir”. Por fim, já em março de 1964, o Gen. Castello Branco voltou novamente a Recife, “renovando seus contatos, na forma de sua habitual descrição”. (BASTOS, 1965, p. 350).

A partir de 13 de março, dia em que o presidente João Goulart realizou o comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro), no qual reforçou a importância das reformas de base, o Gen. Bastos passou a organizar os pormenores do plano de ação que havia desenvolvido sob supervisão do Gen. Castello Branco. O principal deles, o Plano de Capturas, previa a prisão de todas as lideranças de movimentos de esquerda, que iam desde o Governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes (PSB), até os agricultores que comandavam as Sociedades Agrícolas. Bastos precisava apenas de uma ordem vinda do Rio de Janeiro para colocar em ação seu planejamento. Em seu livro, ele registrou:

O dia 29 [de março] foi fértil em ocorrências de importância. Ao amanhecer já recebia eu interessante telefonema do Rio. O Cel. Dario Gomes de Araújo dizia-me, textualmente: “General, aquele pretendente com quem o senhor se encontrou em minha casa, informa que comprará seu apartamento.” Como eu não tivesse nenhum apartamento à venda, logo percebi tratar-se de linguagem figurada. Para poder compreendê-la, prossigo no assunto. “Pagará bem?” Resposta: “Sim, senhor. À vista, porém nunca antes de 4ª feira.” “Muito bem, aceito o negócio com satisfação” [...].

Estava claro: o Mar. Denys informa que o movimento sairá em boas condições. Nunca antes, porém, de 4ª feira. (BASTOS, 1965, p. 352).

Quarta-feira seria o dia 1º abril, quando João Goulart deixaria o poder no Rio de Janeiro. Antes disso, porém, teve início a ação coordenada pelos militares em todo país. Segundo Bastos (1965, p. 354), “o plano de capturas começado a 30, foi ultimado a 31, com um total aproximado de mil prisioneiros”. “[...] nossas tropas lançavam-se pelo interior do Nordeste, atingindo com surpreendente rapidez os pontos de maior teor comunista e subversivo, caindo de surpresa sobre aqueles patrícios que havia tempo vinham sendo preparados para um levante generalizado.” (BASTOS, 1965, p. 357).

“Marcados para morrer”: a narrativa anticomunista

Diante da apressada fuga da equipe de filmagem de *Cabra Marcado Para Morrer*, todo o equipamento de fotografia, iluminação e negativos já filmados (à exceção dos que já haviam sido enviados para serem revelados no Rio de Janeiro) ficaram para trás, na casa de Zé Daniel, integrante da Liga. Ao chegar no local para capturar o morador, os militares apreenderam todo material da produção. Segundo relatos dos moradores de Galileia, em entrevista a Eduardo Coutinho, as tropas do exército buscavam provas de que os integrantes da Liga tinham relação com grupos subversivos internacionais, especialmente cubanos, e que planejavam a tomada do poder através de uma revolução comunista. Para isso, procuravam também por armamentos e munições que pudessem justificar a invasão das terras do Engenho e a captura de seus líderes. (CABRA MARCADO PARA MORRER, 1984, on-line).

Não encontraram cubanos ou metralhadoras, mas encontraram um gerador, refletores e latas de negativo, onde se lia “Cabra Marcado Para Morrer”. Era o que bastava para a narrativa de ameaça comunista construída pelos militares para fundamentar a tomada do poder. “Ocupados e guardados os jornais e estações de radiodifusoras” pelo IV Exército, desde o dia 31 de março (BASTOS, 1965, 354), os militares puderam divulgar, principalmente no jornal *Diário de Pernambuco*, sucessivas informações sobre essas e outras apreensões, cujas explicações que acompanham cada caso demonstram, no mínimo, imensa criatividade.

No dia 5 de abril de 1964, o jornal informa que “Marcados para Morrer”, espécie de filme para treinamento de guerrilheiros subversivos, estava sendo realizado com atores da UNE do Rio de Janeiro. Entretanto, o verdadeiro “‘Marcados para Morrer’ funcionaria ao vivo, com futuras vítimas devidamente catalogadas”, todas elas, pessoas que lutavam contra o comunismo. A nota ainda afirmava que os homens que faziam o serviço eram todos prisioneiros que estavam sendo retirados, pouco a pouco, da carceragem em Recife. (VITÓRIA..., 1964, p. 7). Já no dia 7 de abril, o jornal publicou em sua capa foto do material apreendido em Galileia (EXÉRCITO..., 1964, p. 1), com matéria em que detalhava os objetivos dos comunistas:

Num casebre característico do camponês, foi encontrado farto material que acionava o dispositivo de subversão ali montado pelos esquerdistas internacionais sob proteção do governo estadual, recentemente deposto. Nesse casebre estava instalado um poderoso gerador destinado a fazer funcionar custosa máquina de projeção cinematográfica. O filme, entre os inúmeros encontrados, que estava sendo levado na semana do golpe, era o “Marcados para Morrer”. A película ensinava como os camponeses deveriam agir a sangue frio, sem remorso ou sentimento de culpa, quando fosse preciso dizimar pelo fuzilamento, decapitação ou outras formas de eliminação, os “reacionários” presos em campanha ou levados ao “Galiléia”, ao interior do Estado. (EXÉRCITO..., 1964, p. 10).

Nos dias que se seguiram, o jornal continuou publicando nomes de figuras públicas que estavam indicados, na lista organizada pelos subversivos, como “Marcados para Morrer”. (COMUNISTAS..., 1964, p. 2). No dia 10 de abril, o *Diário de Pernambuco* publicou matéria sobre a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em Recife no dia anterior. Em uma das fotos que ilustra a página é possível ler: “Marcados para morrer, mas vivos graças a Deus e às Forças Arma-

das”. (BRASIL..., 1964, p. 4). A intensa propaganda contra os riscos de subversão tinha alcançado seus objetivos ao produzir consenso sobre a necessidade de tomada do poder para contenção da revolução comunista.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos observar que as Ligas Camponesas do Nordeste vinham, desde sua criação em 1955, se expandindo e se organizando enquanto força política. Ainda que de maneira incipiente, elas já representavam uma ameaça ao status quo das elites agrárias nordestinas, que tentavam conter as Ligas Camponesas com coerção e violência, como observado no caso do assassinato de João Pedro Teixeira. De igual maneira, as forças estatais, historicamente aliadas dos latifundiários, promoveram um massivo sistema de vigilância e controle dos membros das SAPPP.

Embora tivesse grande potencial para mobilização de agricultores da região, as Ligas Camponesas ainda estavam longe de se configurarem como uma verdadeira ameaça revolucionária que pudesse tomar o poder. Mesmo assim, elites empresariais, nacionais e estadunidenses, faziam coro aos apelos das elites agrárias, referendando a narrativa anticomunista há muito já propalada pelas Forças Armadas. É nesse sentido que a ação simultânea de derrubada do presidente João Goulart e invasão do Engenho Galileia, bem como outras operações, devem ser compreendidas.

O golpe empresarial-militar de 1964 foi apresentado como sendo inevitável diante da iminente ameaça de avanço do comunismo, fosse pela atuação do presidente João Goulart, fosse pela ação de grupos revolucionários espalhados pelo país. A tomada do poder, portanto, precisava comprovar imediatamente a existência desse perigo subversivo. As prisões de líderes das Ligas Camponesas, como os do Engenho Galileia, serviram, assim, como justificativa das ações dos militares.

Podemos afirmar, então, que o material do filme *Cabra Marcado Para Morrer* caiu como uma luva para a construção de uma narrativa de consenso em torno da necessidade de derrubada do governo. Ao apresentar os equipamentos da filmagem como um material para treinamento de agentes da revolução comunista, os militares, e os empresários que os apoiaram, justificavam, assim, a tomada do poder como uma contrarrevolução preventiva.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (Pernambuco). Fundo: BR PE-APEJE DPE - Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. **Ligas Camponesas/Documentos Diversos**. Código: br_peapeje_dpe_prt_fun_0_08414_d0001de0001. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, [entre 1947 e 1963]. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/08414/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_08414_d0001de0001.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (Pernambuco). Fundo: BR PE-APEJE DPE - Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco. **Sociedade agrícola e pecuária, dos plantadores de Pernambuco**. Código: br_peapeje_dpe_prt_fun_0_08625_d0001de0001.

Recife: Governo do Estado de Pernambuco, [entre 1954 e 1961]. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/mr/br_peapeje_dpe/prt/fun/0/08625/br_peapeje_dpe_prt_fun_0_08625_d0001de0001.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

BASTOS, Joaquim Justino Alves. **Encontro com o tempo**. Porto Alegre: Globo, 1965. 393 p.

BASTOS, Justino Alves. In: **DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-justino-alves-bastos>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas. **Diário de Pernambuco**, Recife: ano 139, n. 82, 10 abr. 1964. Primeiro caderno, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/28598. Acesso em: 11 jul. 2022.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1965.123422. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CABRA marcado pra morrer. Direção: Eduardo Coutinho. [S. l.]: MAPA, 1984. 1 vídeo (118 min.). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9407025/?s=01h16m41s>. Acesso em: 30 jun. 2022.

COMUNISTAS planejavam massacre de políticos para 2 maio. **Diário de Pernambuco**, Recife: ano 139, n. 80, 8 abr. 1964. Segundo caderno, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/28573. Acesso em: 11 jul. 2022.

CORREA, Marcos Sá. 1964: visto, comentado e anotado pela Casa Branca. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 86, n. 255, 19 dez. 1976. Especial, p. 1-6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/86953. Acesso em: 8 jul. 2022.

COUTINHO, Eduardo de Oliveira. **Eduardo de Oliveira Coutinho (depoimento, 2012)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. 61 pp. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/memoria-documentario/eduardo_coutinho/TranscricaoEduardoCoutinho_Entrevista2.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

EXÉRCITO viu em Galiléa um arsenal de miséria. **Diário de Pernambuco**, Recife: ano 139, n. 79, 7 abr. 1964. Primeiro caderno, p. 1-10. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_14/28544. Acesso em: 11 jul. 2022.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 94 p.

JULIÃO, Francisco. **Francisco Julião (depoimento, 1977)**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV. 173 pp. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-biografica/francisco-juliao>. Acesso em: 30 jun. 2022.

LIGAS Camponesas. In: **DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SPOHR, Martina. **American way of business**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. 321p.

VITÓRIA da revolução, com camponeses fardados, seria festejada no dia dedicado ao trabalhador. **Diário de Pernambuco**, Recife: ano 139, n. 78, 5 abr. 1964. Primeiro caderno, p. 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/28506. Acesso em: 10 jul. 2022.